

ÍNDICE

	Pág.
CAPÍTULO I DO PLANO, SUA INTERVENÇÃO E VIGÊNCIA	3
Artigo 1.º Natureza e âmbito de aplicação	3
Artigo 2.º Constituição	3
Artigo 3.º Definições	4
CAPÍTULO II DAS CLASSES DE ESPAÇOS	7
Artigo 4.º Disposições gerais	7
Artigo 5.º Espaços urbanos	8
Artigo 6.º Espaços urbanizáveis	9
Artigo 7.º Espaços industriais	9
Artigo 8.º Espaços de indústria extractiva	10
Artigo 9.º Espaços agrícolas	11
Artigo 10.º Espaços florestais	13
Artigo 11.º Espaços naturais	15
Artigo 12.º Espaços canais	16
CAPÍTULO III DAS UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO.....	19
Artigo 13.º Definição	19
Artigo 14.º Identificação e objectivos	19
CAPÍTULO IV DAS SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILI- DADE PÚBLICA	20
Artigo 15.º Disposições gerais	20
Artigo 16.º Domínio hídrico	21
Artigo 17.º Reservas hídricas	22
Artigo 18.º exploração de inertes	22
Artigo 19.º Reserva Agrícola Regional (RAR)	22
Artigo 20.º Reserva Ecológica Regional (RER) proposta	22
Artigo 21.º Área da Rede Natura 2000	23
Artigo 22.º Sítios de Importância comunitária	24
Artigo 23.º Reserva florestal natural	24
Artigo 24.º Reserva florestal de recreio	24
Artigo 25.º Perímetro florestal	24
Artigo 26.º Património arquitectónico	24
Artigo 27.º Infra-estruturas rodoviárias	25

	Pág.
Artigo 28.º Infra-estruturas eléctricas	25
Artigo 29.º Saneamento básico	25
Artigo 30.º Infra-estruturas portuárias	25
Artigo 31.º Marcos geodésicos.....	25
Artigo 32.º Sinalização marítima	26
Artigo 33.º Edifícios escolares	26
CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	26
Artigo 34.º Lixeira a desactivar.....	26
Artigo 35.º Entrada em vigor	26
Artigo 36.º Eficácia e suspensão	26
Artigo 37.º Aplicação supletiva	27
Artigo 38.º Hierarquia	27
Artigo 39.º Contra-ordenações e coimas.....	27
Artigo 40.º Normas revogatórias.....	27
ANEXO DE LEGISLAÇÃO	28

CAPÍTULO I DO PLANO, SUA INTERVENÇÃO E VIGÊNCIA

ARTIGO 1.º NATUREZA E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

1. O presente Regulamento, que institui o Plano Director Municipal (PDM) de Santa Cruz das Flores, aplica-se a toda a área do concelho de Santa Cruz das Flores, e define o regime de ocupação, uso e transformação do território municipal.
2. O PDM tem a natureza de Regulamento Administrativo, e as suas disposições aplicam-se a todas as acções de iniciativa pública ou privada a realizar na área de intervenção do plano.
3. O PDM será revisto sempre que o Município considere terem-se tornado inadequadas as disposições nele consagradas, sem prejuízo do disposto no número seguinte, e obrigatoriamente decorrido que seja o prazo de dez anos a contar da data da sua entrada em vigor.
4. O PDM tem carácter imperativo enquanto estiver em vigor, não sendo passível de revisão durante os três anos seguintes à data da sua publicação.
5. Os licenciamentos previstos no presente Regulamento, não prejudicam as competências das demais entidades com tutela no ordenamento do território e no ambiente, de acordo com a legislação em vigor.
6. O licenciamento de obras em violação do PDM constitui ilegalidade nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 2.º CONSTITUIÇÃO

1. Constituem elementos fundamentais do PDM:
 - a) O presente Regulamento;
 - b) A Planta de Ordenamento à escala 1/25 000;
 - c) A Planta de Condicionantes à escala 1/25 000;
 - d) A Planta da Reserva Ecológica Regional, Proposta Final à escala 1/25 000, também incluída no conceito de Planta de Condicionantes.
2. Constituem elementos complementares do PDM:
 - a) O Relatório Descritivo e Propositivo;

b) A Planta de Enquadramento Regional à escala 1/100 000.

3. Constituem elementos anexos do PDM:

a) A Planta da Situação Existente à escala 1/25 000;

b) A Planta dos Principais Locais de Interesse Ambiental à escala 1/25 000;

c) A Planta do Sistema de Abastecimento de Água e Infra-estruturas Programadas à escala 1/25 000;

d) A Planta do Sistema de Drenagem de Águas Residuais e Infra-estruturas Programadas à escala 1/25 000;

e) A Planta dos Sistemas de Resíduos Sólidos e Infra-estruturas Programadas à escala 1/25 000;

f) A Planta do Sistema de Energia Eléctrica e Infra-estruturas Programadas à escala 1/25 000;

g) A Planta de Potencialidades Agrárias - Vocação dos Solos à escala 1/25 000;

h) A Planta da Ocupação Actual do Solo à escala 1/25 000;

i) A Planta da Reserva Agrícola Regional, Situação Existente à escala 1/25 000;

j) A Planta da Reserva Agrícola Regional, Proposta de Desanexação à escala 1/25 000;

l) A Planta da Reserva Agrícola Regional, Proposta Final à escala 1/25 000;

m) A Planta da Reserva Ecológica Regional, Situação Existente à escala 1/25 000;

n) A Planta da Reserva Ecológica Regional, Propostas de Desafecção à escala 1/25 000;

o) Estudo do Ruído Ambiente na Envolvente do Aeroporto de Santa Cruz das Flores.

ARTIGO 3.º ***DEFINIÇÕES***

No âmbito do presente Regulamento consideram-se as definições estabelecidas pela legislação em vigor e outras a seguir indicadas:

- Alinhamento - relação entre a implantação do edifício e o espaço livre envolvente; recta de intersecção entre o plano marginal vertical da frente da construção e o plano de implantação no terreno.
- Altura total das construções - dimensão vertical de construção a partir do ponto de cota média do terreno no alinhamento da fachada, até ao ponto mais alto de construção, incluindo a cumeeira da cobertura, excluindo elementos acessórios e elementos decorativos.
- Anexo - construção destinada ao uso complementar da construção principal.

- Área bruta total de construção - somatório das áreas brutas de todos os pavimentos, medidas pelo perímetro exterior das paredes exteriores, acima e abaixo do solo, excluindo-se as áreas para instalações técnicas destinadas ao bom funcionamento dos edifícios, galerias exteriores públicas, espaços cobertos de uso público quando não encerrados.
- Área de Impermeabilização - A área total de implantação a que se adiciona a área resultante dos solos pavimentados com materiais impermeáveis ou que propiciem o mesmo efeito, designadamente para arruamentos, estacionamento, logradouros, equipamentos desportivos e outros.
- Área de Implantação da construção - área resultante da projecção horizontal da construção, no plano do terreno, medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores incluindo anexos, e excluindo varandas e outros elementos construtivos em consola.
- Área “non aedificandi” - área onde é proibida qualquer espécie de construção.
- Área total de terreno - área total de uma propriedade, enquanto prédio rústico, que se considera em operações de loteamento, ou área total de uma propriedade enquanto prédio urbano.
- Área Urbana consolidada - conjunto de edificações, com infra-estruturação urbanística e coe-rência morfológica, estando definidos os alinhamentos dos respectivos planos marginais, e o espaço público.
- Área Urbanizável - área de terreno susceptível de adquirir as características de Área Urbana.
- Cércea - dimensão vertical da construção contada a partir do ponto de cota média do terreno no alinhamento da fachada até à linha superior do beirado, platibanda ou guarda do terraço.
- Classes de Espaços - áreas que se caracterizam pelo uso geral dominante, e como tal regulamenta-da através de disposições específicas no presente Regulamento, identificada e delimitada na Planta de Ordenamento.
- Coeficiente de Afectação do Solo bruto (CAS bruto) ou Índice de Implantação bruto - valor do quociente entre a Área total de Implantação dos edifícios ao nível do terreno e a Área da parce-la de terreno em que se localizam.
- Coeficiente de Afectação do Solo líquido (CAS líquido) ou Índice de Implantação líquido - a mesma relação que para o CAS bruto, mas excluídas as áreas de cedência de terreno, e as áreas de construção de equipamentos.
- Coeficiente de Impermeabilização do Solo (CIS) - o quociente entre a Área total de Impermea-bilização e a Área Urbanizável.
- Coeficiente de Ocupação do Solo bruto (COS bruto), índice de utilização ou índice de constru-ção bruto - valor do quociente entre o total da Área bruta de Construção dos pavimentos cons-truídos acima do Solo - com exclusão das áreas destinadas a estacionamento - e a Área total de terreno em que se localizam, antes de qualquer cedência.

- Coeficiente de Ocupação do Solo líquido (COS líquido) ou Índice de Construção líquido - a mesma relação que para o COS bruto, mas excluídas as áreas de cedência de terreno, e as áreas de construção de equipamentos.
- Índice volumétrico - quociente entre o total do volume dos edifícios construídos acima do solo e a área de terreno em que se localizam, referido em m^3/m^2 .
- Logradouro - área de terreno livre de um lote, adjacente a construção nele implantada.
- Loteamento conjunto - operação de loteamento, como tal definida pela legislação em vigor, mas que envolve sempre mais do que uma propriedade.
- Número de pisos - número de pavimentos sobrepostos, incluindo as caves que tenham uma frente livre e os aproveitamentos das coberturas, em condições legais de utilização habitacional.
- Parâmetros Urbanísticos - são os valores do COS, do CAS, do CIS, da cércea, e da altura das edificações.
- Perímetro Urbano - área delimitada que compreende os solos urbanizados (Espaços Urbanos), os solos cuja urbanização seja possível programar (Espaços Urbanizáveis), e os solos afectos à estrutura ecológica necessários ao equilíbrio do sistema urbano.
- Servidões - direito real em virtude do qual é possibilitado a um prédio o gozo de certas utilidades de um prédio diverso. Este proveito ou vantagem de que um prédio beneficia tem de encontrar-se objectivamente ligado a um outro prédio, implicando, conseqüentemente, uma restrição ou limitação do direito de propriedade do prédio onerado, inibindo o respectivo proprietário de praticar actos que possam perturbar ou impedir o exercício da servidão.
- Vestígios Arqueológicos - todos os indícios ou bens encontrados em meio rural ou urbano, no solo, no subsolo ou no meio submerso, parte de construção, infra-estrutura ou artefacto, que contribuam para o estudo da evolução da Humanidade e da sua relação com o meio ambiente.
- Zona Primária - abrangendo os terrenos situados no interior de um círculo com centro na localização da infra-estrutura. Nesta zona, carecem de autorização da Empresa Pública de Navegação Aérea (NAV), a execução de quaisquer trabalhos ou actividades.
- Zona Secundária - abrangendo os terrenos situados no interior de um círculo com centro na localização da infra-estrutura. Nesta zona, carecem de autorização da Empresa Pública de Navegação Aérea (NAV), a execução de quaisquer trabalhos ou actividades que ultrapassem em altura a cota definida por uma superfície cónica invertida com uma inclinação de 1% ou 2% consoante se trate de materiais metálicos ou não e todas as instalações eléctricas que não sejam de uso exclusivamente doméstico ou quaisquer trabalhos ou actividades que possam afectar a eficiência de funcionamento desta infra-estrutura. A superfície cónica inicia-se no limite exte-

rior da Zona Primária de cada uma destas infra-estruturas e a sua cota de partida é, no caso do Locator de 30 metros, no caso do NDB de 505 metros, e no caso do VOR/ DME de 845 metros.

CAPÍTULO II DAS CLASSES DE ESPAÇOS

ARTIGO 4.º DISPOSIÇÕES GERAIS

1. São permitidos loteamentos, nos termos da legislação em vigor, nas Classes de Espaços Urbanos, Urbanizáveis e Industriais.
2. Para qualquer prática de alteração do coberto vegetal, sem fim agrícola, de operações de aterro ou escavação, de alteração do relevo natural e das camadas de solo, é necessária autorização Municipal, nos termos da lei.
3. Nos prédios rústicos, pertencentes às Classes de Espaços Agrícolas e Florestais, são autorizadas as construções nos termos do presente Regulamento.
4. Em quaisquer Classes de Espaços, quaisquer edificações tradicionais com valor cultural, seja com uso habitacional, seja de uso associado a qualquer actividade produtiva, construídas por sistemas construtivos tradicionais - alvenarias de pedra e demais estruturas de madeira - devem ser conservadas, recuperadas e salvaguardadas de qualquer intervenção que as subverta, sem prejuízo da garantia das condições básicas de salubridade, higiene e segurança.
5. Nos termos da legislação em vigor, é proibida em qualquer área do território Municipal, o depósito de desperdícios e a instalação de lixeiras, com excepção de locais próprios para o efeito.
6. As Classes de Espaços estabelecidas em função dos usos dominantes e preferenciais do solo, e as Categorias de Espaço têm os seus limites definidos na Planta de Ordenamento, e são as seguintes:
 - a) Classe de Espaços Urbanos;
 - b) Classe de Espaços Urbanizáveis;
 - c) Classe de Espaços Industriais;
 - d) Classe de Espaços de Indústria Extractiva;
 - e) Classe de Espaços Agrícolas:
 - e1) Categoria de Espaços Agrícolas Incluídos na RAR;
 - e2) Categoria de Espaços Agrícolas Não incluídos na RAR.

- f) Classe de Espaços Florestais:
 - f1) Categoria de Espaços Florestais de Produção;
 - f2) Categoria de Espaços Florestais de Protecção.
- g) Classe de Espaços Naturais;
- h) Classe de Espaços Canais:
 - h1) Categoria de Espaços Canais de Infra-estruturas;
 - h2) Categoria de Espaços Canais Afectos a Instalações de Interesse Público.

ARTIGO 5.º ***ESPAÇOS URBANOS***

1. Os Espaços Urbanos são caracterizados por adequado nível de infra-estruturação urbana e consolidação edificada, onde o solo se destina predominantemente à edificação.
2. São constituídos pelo conjunto coerente de edificações multifuncionais, desenvolvidos segundo uma rede viária estruturante, nele se englobando as áreas edificadas consolidadas, de morfologia urbana homogénea, e outras em envolvente próxima, também infra-estruturadas, embora carecendo de conformação urbana.
3. Em qualquer intervenção deve ser mantida como referência, a média dos parâmetros urbanísticos existentes, na frente de construção em que se insere a edificação, entre os dois arruamentos que delimitam essa frente.
4. Em qualquer intervenção devem ser garantidos como máximos os Parâmetros Urbanísticos existentes na Classe de Espaços Urbanos adjacente, com os seguintes máximos:
 - a) Índice de Implantação = 0,6;
 - b) Cércea = 2 pisos (6,50 metros).
5. As novas edificações poderão ter Cércea superior à indicada, por razões de adaptação à topografia do terreno onde se implantam, ou no caso de edifícios destinados a equipamentos de utilidade pública e edifícios destinados a estabelecimentos hoteleiros, até ao limite de 8,00 metros.
6. Qualquer excepção aos princípios enunciados nos parágrafos quatro e cinco, só pode ser aceite mediante a realização de um Plano de Pormenor para a área definida da mesma forma que a descrita no parágrafo dois.

ARTIGO 6.º ***ESPAÇOS URBANIZÁVEIS***

1. Os Espaços Urbanizáveis são caracterizados por poderem vir a adquirir as características dos Espaços Urbanos.
2. As novas edificações serão implantadas por forma a garantir a manutenção do sistema existente de escoamento de águas superficiais e subterrâneas.
3. Em qualquer intervenção devem ser garantidos como máximos os parâmetros urbanísticos existentes na Classe de Espaços Urbanos adjacente, com os seguintes máximos:
 - a) Índice de Implantação = 0,6;
 - b) Cércea = 2 pisos (6,50 metros).
4. As novas edificações poderão ter Cércea superior à indicada, por razões de adaptação à topografia do terreno onde se implantam, ou no caso de edifícios destinados a equipamentos de utilidade pública e edifícios destinados a estabelecimentos hoteleiros, até ao limite de 8,00 metros.
5. Qualquer excepção aos princípios enunciados nos parágrafos três e quatro, só pode ser aceite mediante a realização de um Plano de Pormenor para toda a área da Classe de Espaços.
6. Podem licenciar-se operações de loteamento, desde que condicionadas à articulação com a morfologia urbana existente na Classe de Espaços Urbanos adjacente, e à salvaguarda da qualidade paisagística e ambiental, dentro dos parâmetros estabelecidos.
7. Não são permitidas instalações para actividade pecuária ou industrial, com excepção para as indústrias legalmente classificadas de classe C ou equiparadas.
8. No lugar da Alagoa não são permitidas as operações de loteamento. Devido à sensibilidade e especificidade própria do local, as novas construções devem seguir as características das tipologias existentes, especificamente quanto à implantação, traça e materiais.

ARTIGO 7.º ***ESPAÇOS INDUSTRIAIS***

1. Os Espaços Industriais são caracterizados por adequado nível de infra-estruturação urbana e consolidação edificada, ou por poderem vir a adquirir essas características.
2. Destinam-se à instalação de unidades industriais, unidades de armazenagem, e de serviços de apoio à actividade industrial.

3. Os Espaços Industriais estão delimitados na Planta de Ordenamento, e serão regulamentados por Plano de Pormenor, que definirá:
 - a) Índices volumétricos das edificações;
 - b) Sistema de segurança;
 - c) Estacionamentos e acessibilidades aos lotes;
 - d) Redes de infra-estruturas;
 - e) Implantações, alinhamentos, cérceas e cotas de soleira;
 - f) Faixas verdes e arborizadas de protecção;
 - g) Medidas de minimização dos impactes.
4. Enquanto não existir Plano de Pormenor eficaz e sem prejuízo do licenciamento industrial pela entidade competente, o licenciamento de novas construções, fica sujeito às seguintes prescrições e parâmetros urbanísticos:
 - a) Justificação e Projecto de minimização dos impactes que possam ser gerados pela actividade;
 - b) Volumetria arquitectónica compatível com a proximidade dos Espaços Urbanos e Urbanizáveis, e uso compatível, nos termos da legislação em vigor;
 - c) Índice de Impermeabilização do terreno inferior a 0,60 da área do terreno para onde é requerido o seu licenciamento;
 - d) CAS máximo = 0,3;
 - e) Pé-direito livre máximo = 6,5 metros;
 - f) Garantia de abastecimento de água, de drenagem das águas residuais com tratamento assegurado por sistemas autónomos, salvo se o interessado custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas.
5. Os Espaços Industriais devem incluir áreas para a instalação de Parques de Sucata de acordo com a legislação em vigor.

ARTIGO 8.º

ESPAÇOS DE INDÚSTRIA EXTRACTIVA

1. Os Espaços de Indústria Extractiva são caracterizados por serem destinados à exploração ou reserva de recursos geológicos de subsolo, nomeadamente massas minerais - areia, argilas, cascalho, bagacina, basalto - que constituem actividades com significativo valor económico.

2. A exploração de recursos geológicos, nomeadamente de massas minerais deve observar a legislação em vigor.
3. As explorações já findas devem ser objecto de recuperação ambiental e paisagística nos termos da legislação em vigor, a qual compete aos exploradores dos recursos.
4. Na Planta de Ordenamento estão assinaladas as explorações licenciadas e propostas.

ARTIGO 9.º ***ESPAÇOS AGRÍCOLAS***

1. Os Espaços Agrícolas são caracterizados por possuírem, ou serem destinados para o uso geral dominante de produção agrícola e pecuária, dividindo-se nas Categorias de Espaços Agrícolas incluídos na RAR e de Espaços Agrícolas não incluídos na RAR.
2. São constituídos pelos solos de elevada aptidão agrícola, com exploração tradicional, e pelos solos que através de investimentos fundiários obtenham essa aptidão, designadamente os abrangidos por obras de fomento agrícola, hidro-agrícola, pela implantação de sistemas de rega e de drenagem, e ainda pelos solos que por qualidades intrínsecas ou localização particular tenham interesse para as actividades agrícolas e pecuárias.
3. Nos Espaços Agrícolas aplica-se a legislação específica referente às acções de protecção, ordenamento e exploração agrícola.
4. Nos Espaços Agrícolas incluídos na RAR observam-se todas as disposições do seu regime jurídico.
5. São admitidos, como usos compatíveis, os seguintes:
 - a) Nos Espaços Agrícolas não incluídos na RAR, o licenciamento da exploração de massas minerais, desde que não abrangido por servidão, ou restrição ou outro regime legal que o contrarie, em parcela de terreno que disponha de acesso público com perfil transversal e pavimento adequado à utilização;
 - b) Arborização e desenvolvimento de actividades florestais nos termos da legislação em vigor;
 - c) As edificações existentes à data da publicação do PDM e dispondo das condições legais para a sua utilização.
6. Nos Espaços Agrícolas não incluídos na RAR, podem licenciar-se construções não habitacionais de apoio à actividade agrícola e agro-pecuária, sujeitas às seguintes prescrições:
 - a) Em propriedades com área igual ou superior a 0,10 hectares;

- b) Índice de Implantação máximo = 0,1;
 - c) Área bruta de Construção máxima = 750 m²;
 - d) Altura máxima das construções, incluindo-se nessa altura as frentes livres das caves, quando projectadas, em consequência da topografia do terreno = 4,50 metros;
 - e) Localização e implantação de acordo com a ocupação tradicional do território;
 - f) Garantia de abastecimento de água, de drenagem das águas residuais com tratamento assegurado por sistemas autónomos, salvo se o interessado custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas.
7. Nos Espaços Agrícolas não incluídos na RAR, podem licenciar-se construções para habitação com as seguintes prescrições:
- a) Área da propriedade em que se localizam, igual ou superior a 0,05 hectares;
 - b) Índice de Implantação máximo = 0,5;
 - c) Área bruta de Construção máxima = 350 m²;
 - d) Localização e implantação de acordo com a ocupação tradicional do território;
 - e) Altura máxima das construções, incluindo-se nessa altura as frentes livres das caves, quando projectadas, em consequência da topografia do terreno = 7,50 metros;
 - f) Garantia de abastecimento de água, de drenagem das águas residuais com tratamento assegurado por sistemas autónomos, salvo se o interessado custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas.
8. Nos Espaços Agrícolas não incluídos na RAR, podem licenciar-se construções para empreendimentos de alojamento turístico a classificar como estabelecimentos hoteleiros, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, parques de campismo, e para empreendimentos de animação turística, que obedecerão aos seguintes parâmetros urbanísticos:
- a) COS líquido máximo = 0,25;
 - b) COS bruto máximo = 0,15 (aplicável apenas aos aldeamentos turísticos);
 - c) Índice de Impermeabilização do solo máximo = 0,35;
 - d) Cércea máxima = 2 pisos (8 metros no caso de estabelecimentos hoteleiros);
 - e) Área mínima de estacionamento = um lugar / três camas turísticas, ou um lugar / dois utentes no caso de empreendimentos que não sejam de alojamento;
 - f) Localização e implantação de acordo com a ocupação tradicional do território.

9. Em ambas as Categorias de Espaços, devem assegurar-se sistemas próprios de tratamento dos efluentes das instalações agro-pecuárias, nos termos da lei.
10. Em ambas as Categorias de Espaços, devem assegurar-se áreas de estacionamento com dimensão e pavimento adequados à utilização pretendida, nos termos da lei.

ARTIGO 10.º ***ESPAÇOS FLORESTAIS***

1. Os Espaços Florestais são caracterizados por possuírem, ou serem destinados para o uso geral dominante de produção florestal, actividade silvo-pastoril, uso múltiplo da floresta, exercendo ainda as funções de protecção ambiental, e que simultaneamente poderão admitir outros usos compatíveis, dividindo-se nas Categorias de Espaços Florestais de Produção e de Espaços Florestais de Protecção.
2. Nos Espaços Florestais aplica-se a legislação específica referente às acções de protecção, ordenamento, fomento e exploração florestal.
3. Os principais povoamentos florestais são constituídos, por mata natural (Laurisilva), mata exótica (Criptoméria), matorral em meio encharcado (Juniperus) e mato ou matorral denso.
4. Nos Espaço Florestais abrangidos pela RER observam-se as disposições do seu regime jurídico.
5. Os Espaços Florestais de Produção correspondem a manchas de solo de baixa fertilidade, e destinam-se predominantemente ao fomento e exploração florestal.
6. Os Espaços Florestais de Protecção correspondem a áreas ecologicamente mais sensíveis, não englobadas nos Espaços Naturais.
7. Nos Espaços Florestais de Protecção não são permitidas as florestações com espécies de crescimento rápido, nos termos da legislação em vigor, fomentando-se a protecção das espécies autóctones.
8. São admitidos, como usos compatíveis com o uso geral dominante, os seguintes:
 - a) Nos Espaços Florestais de Produção, sujeitos a licenciamento da entidade competente, o licenciamento da exploração de massas minerais, desde que não abrangidos por servidão, restrição ou outro regime legal que o contrarie, em parcela de terreno que disponha de acesso público com perfil transversal e pavimento adequado à utilização;
 - b) Arborização e desenvolvimento de actividades florestais nos termos da legislação em vigor;

- c) As edificações existentes à data da publicação do PDM e dispondo das condições legais para a sua utilização.
9. Nos Espaços Florestais de Produção, sem prejuízo de consulta à entidade competente, podem licenciar-se construções não habitacionais de apoio à actividade, sujeitas às seguintes prescrições:
- a) Em propriedades com área igual ou superior a 0,10 hectares;
 - b) Índice de Implantação máximo = 0,1;
 - c) Área bruta de Construção máxima = 750 m²;
 - d) Altura máxima das construções, incluindo-se nessa altura as frentes livres das caves, quando projectadas, em consequência da topografia do terreno = 4,50 metros;
 - e) Localização e implantação de acordo com a ocupação tradicional do território;
 - f) Garantia de abastecimento de água, de drenagem das águas residuais com tratamento assegurado por sistemas autónomos, salvo se o interessado custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas.
10. Nos Espaços Florestais de Produção, sem prejuízo de consulta à entidade competente, podem licenciar-se construções para habitação com as seguintes prescrições:
- a) Área da propriedade em que se localizam, igual ou superior a 0,05 hectares;
 - b) Índice de Implantação máximo = 0,5;
 - c) Área bruta de Construção máxima = 350 m²;
 - d) Localização e implantação de acordo com a ocupação tradicional do território;
 - e) Altura máxima das construções, incluindo-se nessa altura as frentes livres das caves, quando projectadas, em consequência da topografia do terreno = 7,50 metros;
 - f) Garantia de abastecimento de água, de drenagem das águas residuais com tratamento assegurado por sistemas autónomos, salvo se o interessado custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas.
11. Nos Espaços Florestais de Produção, podem licenciar-se construções para empreendimentos de alojamento turístico a classificar como estabelecimentos hoteleiros, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, parques de campismo, e para empreendimentos de animação turística, que obedecerão aos seguintes parâmetros urbanísticos:
- a) COS líquido máximo = 0,25;
 - b) COS bruto máximo = 0,15 (aplicável apenas aos aldeamentos turísticos);

- c) Índice de Impermeabilização do solo máximo = 0,35;
 - d) Cércea máxima = 2 pisos (8 metros no caso de estabelecimentos hoteleiros);
 - e) Área mínima de estacionamento = 1 lugar / 3 camas turísticas, ou 1 lugar / 2 utentes no caso de empreendimentos que não sejam de alojamento;
 - f) Localização e implantação de acordo com a ocupação tradicional do território.
12. Nos Espaços Florestais de Produção, devem assegurar-se áreas de estacionamento com dimensão e pavimento adequados à utilização pretendida, nos termos da lei.
13. Nos Espaços Florestais de Produção, devem assegurar-se sistemas próprios de tratamento dos efluentes das instalações de apoio à actividade, nos termos da lei.

ARTIGO 11.º ***ESPAÇOS NATURAIS***

1. Os Espaços Naturais são áreas de alta sensibilidade natural, com valores relevantes de carácter cultural, ambiental e ecológico, objecto de protecção específica de modo a salvaguardar a sua manutenção e o seu equilíbrio, com importância pela ocorrência de valores faunísticos e florísticos, e ainda pela sua biodiversidade.
2. São constituídos por grande parte da Reserva Florestal Natural do Morro Alto e Pico da Sé, classificada nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 27/88/A, de 22 de Julho, por grande parte da RER, e pelas Áreas da Rede Natura 2000.
3. As faixas e zonas de protecção da Orla Costeira, Arribas ou Falésia e Zona Litoral, serão definidas em Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), o qual regulamentará a ocupação, edificação, uso e transformação da zona terrestre de protecção, nos termos da legislação em vigor.
4. Até à entrada em vigor do POOC, as áreas incluídas no Domínio Hídrico são regidas pela legislação específica, e qualquer utilização está sujeita a autorização pela entidade legalmente competente em razão de matéria.
5. Nas Linhas de Água, Lagoas e respectivas faixas de protecção, qualquer acção não incluída no número anterior está sujeita a autorização pela entidade legalmente competente em razão de matéria.

ARTIGO 12.º *ESPAÇOS CANAIS*

1. Os Espaços Canais são as áreas ocupadas por infra-estruturas de transporte e de comunicações, por infra-estruturas primárias do Município e por outras Instalações de interesse público, e são constituídos pelas seguintes Categorias de Espaços:
 - a) Espaços Canais de Infra-estruturas;
 - b) Espaços Canais afectos a Instalações de interesse público.
2. Os Espaços Canais de Infra-estruturas são destinados às plataformas, faixas de reserva e de protecção das redes de infra-estruturas fundamentais de comunicações públicas rodoviárias, de transporte de energia e seus equipamentos:
 - a) Rede Regional de Estradas;
 - b) Rede Municipal de Estradas e Caminhos;
 - c) Caminhos Florestais;
 - d) Rede Geral de Transporte de Energia;
 - e) Rede de Saneamento Básico.
3. Nas faixas de reserva e de protecção não ocupadas pelas plataformas das redes referidas observam-se as disposições estabelecidas para a Classe de Espaços referida na Planta de Ordenamento sem prejuízo da observância das condicionantes impostas.
4. Nas comunicações públicas rodoviárias da Rede Regional de Estradas, observa-se em toda a sua extensão o regime previsto na legislação específica em vigor, e é constituída pelas comunicações públicas rodoviárias constantes do Plano de Estradas e Caminhos Municipais da Região Autónoma dos Açores.
5. Nos troços da Rede Regional de Estradas referidas, que se localizam dentro dos Perímetros Urbanos, observa-se o regime previsto na legislação específica em vigor.
6. É interdita a construção de novas construções ao longo da Rede Regional de Estradas, para além dos limites dos Perímetros Urbanos, com as excepções contidas no presente Regulamento, relativas a cada uma das Classes de Espaços, e desde que a excepção não contrarie as disposições legais da Servidão que existir.
7. Nas comunicações públicas rodoviárias da Rede Municipal de Estradas e Caminhos observa-se em toda a sua extensão o regime previsto na legislação específica em vigor.

8. Nas comunicações públicas rodoviárias referidas no número anterior são estabelecidas as faixas de protecção aos afastamentos da construção de acordo com a legislação em vigor.
9. É interdita a construção de novas edificações ao longo da Rede Municipal de Estradas e Caminhos, para além dos limites dos Perímetros Urbanos, com as excepções contidas no presente Regulamento, relativas a cada uma das Classes de Espaços, e desde que a excepção não contrarie as disposições legais da Servidão que existir.
10. A Rede geral de transporte de Energia é constituída pela linhas de MT a 15 kV e são as seguintes:
 - a) Morro dos Frades - Pico dos Sete Pés - Morro Alto;
 - b) Morro dos Frades - Sapateira - Monte;
 - c) Monte - Santa Cruz das Flores;
 - d) Monte - Pau Pique - Santa Cruz das Flores;
 - e) Monte - Pedreira dos Vales - Ribeira dos Barqueiros;
 - f) Monte - Pisão - Cedros - Pico Queimado;
 - g) Pico Queimado - Ponta Ruiva;
 - h) Pico Queimado - Outeiros - Facho - Ponta Delgada.
11. Para a Rede geral de transporte de Energia a construir definem-se os seguintes condicionamentos:
 - a) Nas proximidades de edifícios as linhas eléctricas de tensão igual ou superior a 15 kV deverão observar afastamentos mínimos de 3 metros;
 - b) Os troços de condutores que se situem junto de edifícios a um nível igual ou inferior ao ponto mais alto das paredes, não poderão aproximar-se dos edifícios a uma distância inferior à dos referidos níveis acrescidos de 5 metros;
 - c) As distâncias referidas na alínea anterior deverão ser aumentadas de 1 metro quando se trate de coberturas em terraço.
12. A Rede geral de Saneamento Básico é constituída pela Rede Geral de Abastecimento de Água e pelas Redes de Drenagem de Águas Residuais, Domésticas e Pluviais.
13. De acordo com a legislação em vigor, aplicam-se os seguintes condicionamentos à protecção da Rede de Abastecimento de Água:

- a) É interdita a construção ao longo de uma faixa de 10 metros, medida para cada lado do traçado das condutas de adução, ou de adução - distribuição;
- b) É interdita a construção ao longo da faixa de 1 metro, medida para cada lado do traçado das condutas;
- c) Fora das zonas urbanas é interdita a plantação de árvores ao longo da faixa de 10 metros medida para cada lado do traçado das condutas, e nas áreas urbanas a largura da referida faixa será considerada caso a caso na apreciação dos projectos de arranjo dos espaços exteriores;
- d) Não é permitido, sem licença, efectuar quaisquer obras nas faixas de terreno que se estendem até à distância de 10 metros para cada lado das linhas que alimentam as zonas dos aquedutos e que se denominam faixas de respeito.

14. De acordo com a legislação em vigor, aplicam-se os seguintes condicionamentos à protecção das Redes de Drenagem de Águas Residuais:

- a) Interdita a construção sobre colectores de redes de esgotos, públicos ou particulares, nos casos em que tal seja inevitável, as obras devem ser efectuadas por forma a que os colectores fiquem completamente estanques e sejam visitáveis;
- b) Os proprietários, arrendatários ou a qualquer título possuidores dos terrenos, em que se tenham que realizar os estudos, pesquisas ou trabalhos de saneamento, ou dos terrenos que aqueles derem acesso, são obrigados a consentir na sua ocupação e trânsito, na execução de escavações, assentamento de tubagens e seus acessórios, desvio de águas superficiais e subterráneas, e vias de comunicação, enquanto durarem esses trabalhos, estudos e pesquisas;
- c) Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) - constituída por duas áreas de reserva para a instalação de ETAR Compactas em Santa Cruz das Flores (Porto das Poças e Porto Velho) e uma área de reserva para a instalação de ETARI (Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais) na Área Industrial na Pedreira dos Vales, implicando a observância de zona de protecção própria.

15. Os Espaços afectos a Instalações de interesse público são destinados a uma utilização específica, diferenciada das demais Classes de Espaços, sob jurisdição e administração de entidades próprias, de acordo com a legislação em vigor, sendo os seguintes:

- a) Espaço Aeroportuário - constituído pelo Aeroporto de Santa Cruz das Flores, sob jurisdição especial, conforme a legislação em vigor, e implicando a observância de zona de protecção própria, de acordo com as normas internacionais decorrentes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional (ICAO), nomeadamente o seu Anexo 14 e legislação nacional, em particular o Decreto-Lei n.º 45987, de 22 de Outubro de 1964. Devem ser mantidos os actuais parâ-

metros para edificação nesta zona, concretamente uma linha de 30º medidos a partir da cota do eixo da pista e a uma distância de 70 metros da mesma;

- b) Servidões Aeronáuticas incluindo Rádio-ajudas constituídas por:
 - Locator e NDB - Zona Primária: raio de 60 metros; Zona Secundária: raio de 300 metros;
 - VOR/ DME - Zona Primária: raio de 300 metros; Zona Secundária: raio de 2 000 metros.
- c) Porto de pesca - constituído pela área do Porto de pesca de Santa Cruz das Flores, também denominado por Porto das Poças, sob jurisdição da Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A. e implicando a observância de zona de protecção própria;
- d) Nos Espaços Canais afectos a Instalações de interesse público, poderão manter-se as actividades tradicionais instaladas, desde que compatíveis com a utilização.

CAPÍTULO III DAS UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

ARTIGO 13.º DEFINIÇÃO

Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) é uma área que será sujeita a regulamentação e gestão urbanística própria, através de planos de nível mais detalhado ou de Unidades de Execução, delimitadas pela Câmara Municipal por iniciativa própria ou a requerimento dos proprietários interessados.

ARTIGO 14.º IDENTIFICAÇÃO E OBJECTIVOS

1. O PDM estabelece as seguintes UOPG, que se encontram delimitadas na Planta de Ordenamento e para as quais serão promovidos Planos de Pormenor, no prazo de vigência do PDM:
 - a) Plano de Pormenor da Alagoa - PP1 - Privilegiar a potencialidade turística da zona, que deve abranger a respectiva área urbanizável;
 - b) Plano de Pormenor do Monte - PP2 - Privilegiar a potencialidade turística da zona, que deve abranger a respectiva área urbanizável;
 - c) Plano de Pormenor da Ribeira dos Barqueiros - PP3 - Privilegiar a potencialidade turística da zona, que deve abranger a respectiva área urbanizável;
 - d) Plano de Pormenor da Pedreira dos Vales - PP4 - que deve abranger a respectiva área industrial.

2. Os Planos de Pormenor referidos no número 1 terão como objectivos definir as condições de uso e volume de todas as construções existentes, a projectar e a demolir, promover a requalificação do espaço público, a implantação dos equipamentos, o traçado das infra-estruturas, o ordenamento do tráfego e estacionamento, cujos limites estão definidos na Planta de Ordenamento.
3. O prazo de elaboração dos Planos referidos no número 1 é de três anos a contar da data de publicação do presente Regulamento no Diário da República.
4. Até à entrada em vigor dos Planos referidos, a alteração das condições construtivas e de ocupação do solo actuais, dentro do seu perímetro, são permitidas nas seguintes condições:
 - a) Delimitação de uma Unidade de Execução;
 - b) Elaboração de Loteamentos Conjuntos para a totalidade de cada um dos Espaços Urbanizáveis, como tal indicados na Planta de Ordenamento;
 - c) Índice de Implantação líquido máximo = 0,6;
 - d) Cércea máxima = 2 pisos (6,50 metros, podendo ir até aos 8 metros no caso de estabelecimentos hoteleiros ou de edifícios de utilização colectiva);
 - e) Continuidade morfológica das implantações relativamente às construções existentes.

CAPÍTULO IV ***DAS SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E*** ***RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA***

ARTIGO 15.º ***DISPOSIÇÕES GERAIS***

As Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública encontram-se cartografadas na Planta de Condicionantes e são as já consagradas pela legislação específica em vigor, designadamente:

- a) Domínio Hídrico;
- b) Reservas Hídricas;
- c) Exploração de Inertes;
- d) Reserva Agrícola Regional (RAR);
- e) Reserva Ecológica Regional (RER) proposta;
- f) Zonas de Protecção Especial (ZPE);
- g) Sítios de Importância Comunitária (SIC);

- h) Reserva Florestal Natural;
- i) Reserva Florestal de Recreio;
- j) Perímetro Florestal;
- l) Património Arquitectónico;
- m) Infra-estruturas Rodoviárias;
- n) Infra-estruturas Eléctricas;
- o) Saneamento Básico;
- p) Infra-estruturas Portuárias;
- q) Marcos Geodésicos;
- r) Sinalização Marítima;
- s) Edifícios Escolares.

ARTIGO 16.º ***DOMÍNIO HÍDRICO***

1. São áreas afectas ao Domínio Hídrico as seguintes:
 - a) Leitos dos cursos de água, não navegáveis nem flutuáveis e respectivas margens de 10 metros (em condições de cheia média);
 - b) Leitos das águas do mar e respectivas margens de 50 metros, sujeitas à jurisdição das autoridades marítimas ou portuárias, delimitadas a partir da linha da máxima preia-mar de águas vivas equinociais (em função do espriamento das vagas, em condições médias de agitação do mar). Quando tiver natureza de praia em extensão superior à estabelecida, a margem estende-se até onde o terreno apresentar tal natureza;
 - c) Lagoas e respectivas margens de 30 metros (em condições de cheia média).
2. A largura da margem conta-se a partir da linha limite do leito. Se esta linha atingir arribas alcantiladas, a largura da margem será contada a partir da crista do alcantil. Se a margem atingir uma estrada regional ou municipal existente, a sua largura só se estenderá até essa via.
3. As áreas definidas nos números anteriores ficam sujeitas aos condicionamentos da legislação em vigor.

ARTIGO 17.º ***RESERVAS HÍDRICAS***

1. Constituem Reservas Hídricas as seguintes áreas:
 - a) Lagoas e respectivas bacias hidrográficas;
 - b) Nascentes e zonas envolventes num raio de 50 metros.
2. Estas áreas ficam sujeitas aos condicionamentos definidos pela legislação em vigor.

ARTIGO 18.º ***EXPLORAÇÃO DE INERTES***

A Pedreira de Tapada do Soares constitui Servidão Administrativa de Exploração de Inertes de acordo com a legislação em vigor.

ARTIGO 19.º ***RESERVA AGRÍCOLA REGIONAL (RAR)***

1. As áreas propostas da RAR foram delimitadas de acordo com a legislação em vigor.
2. Nos solos de RAR, são proibidas todas as acções que diminuam ou destruam as suas potencialidades ou que se traduzam na sua utilização para fins não agrícolas, designadamente a construção de edifícios, aterros e escavações.
3. Exceptuam-se do disposto no número anterior:
 - a) As obras com finalidade exclusivamente agrícola;
 - b) As habitações para agricultores nos seus prédios rústicos, desde que nas condições estipuladas para a Categoria de Espaços Agrícolas Não Incluídos na RAR;
 - c) As obras indispensáveis para defesa do património cultural classificado, desde que não impliquem alterações do uso do solo.

ARTIGO 20.º ***RESERVA ECOLÓGICA REGIONAL (RER) PROPOSTA***

1. As áreas propostas da RER foram delimitadas de acordo com a legislação em vigor, e encontram-se cartografadas na Planta de Condicionantes.

2. As áreas referidas no número anterior ficam sujeitas ao seguinte regime:

- a) Nas zonas costeiras são proibidas as construções de edifícios, as aberturas de acessos e as passagens de veículos, os depósitos de desperdícios, as alterações de relevo, as destruições de vegetação ou quaisquer outras acções que comprometam a estabilidade física e o equilíbrio ecológico, com excepção das construções efémeras e ligeiras de apoio ao recreio e fruição dos espaços livres, que venham a ser aprovadas nos termos do n.º 4 do artigo 11.º do presente Regulamento;
- b) Nos leitos dos cursos de água e respectivas margens são proibidas as destruições das vegetações ribeirinhas, as alterações dos respectivos leitos, as construções de edifícios ou de infra-estruturas ou outras acções que prejudiquem o escoamento das águas no leito normal e no de cheia;
- c) Nas lagoas, zonas húmidas adjacentes e respectivas faixas de protecção são proibidas as descargas de efluentes, as instalações de fossas e sumidouros de efluentes, as instalações de lixeiras ou aterros sanitários, os depósitos de adubos, de pesticidas, de combustíveis e de produtos tóxicos e perigosos, as utilizações de biocidas e fertilizantes químicos ou orgânicos, as construções de edifícios e de infra-estruturas, as alterações do relevo e as destruições de vegetação;
- d) As acções que se processam nas cabeceiras das linhas de água devem promover a infiltração das águas pluviais e reduzir o escoamento superficial;
- e) Nas áreas de máxima infiltração são proibidas as descargas ou infiltrações no terreno de qualquer tipo de efluentes não tratados, as utilizações intensas de biocidas e de fertilizantes químicos ou orgânicos, as instalações de indústrias ou armazéns que envolvam riscos de poluição do solo e da água e as acções susceptíveis de reduzir a infiltração das águas pluviais;
- f) Nas áreas com risco de erosão, arribas, falésias, escarpas e respectivas faixas de protecção são proibidas acções que induzam ou agravem a erosão do solo, nomeadamente operações de preparação do solo para fins agrícolas ou silvo-pastoris que incluam mobilização segundo a linha de maior declive, e a prática de queimadas.

ARTIGO 21.º

ÁREA DA REDE NATURA 2000

1. Constitui Área da Rede Natura 2000 a Costa Nordeste.
2. Esta área, da competência da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, regula-se pelo regime específico consagrado na legislação em vigor.

ARTIGO 22.º ***SÍTIOS DE IMPORTÂNCIA COMUNITÁRIA***

1. Constituem Sítios de Importância Comunitária na Zona Central, o Morro Alto e a Costa Nordeste.
2. Estas áreas, da competência da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, regulam-se pelo regime específico consagrado na legislação em vigor.

ARTIGO 23.º ***RESERVA FLORESTAL NATURAL***

1. Constituem Reserva Florestal Natural as seguintes áreas:
 - a) Morro Alto e Pico da Sé (abrangem também o município das Lajes das Flores).
2. São áreas sob a gestão da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

ARTIGO 24.º ***RESERVA FLORESTAL DE RECREIO***

A Reserva Florestal de Recreio Luís Paulo Camacho está sujeita a legislação específica.

ARTIGO 25.º ***PERÍMETRO FLORESTAL***

O Perímetro Florestal está sujeito a legislação específica.

ARTIGO 26.º ***PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO***

1. Considerando o Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A de 24 de Agosto, a Resolução n.º 126/2004, de 9 de Setembro, rectificada pela Declaração n.º 11/2004 de 7 de Outubro de 2004:
 - a) Constituem Imóveis de Interesse Público:
 - A Igreja e claustro do Convento Franciscano de São Boaventura, Santa Cruz
 - A Casa Pimentel de Mesquita, Santa Cruz
 - A Fábrica da Baleia do Boqueirão e respectiva rampa de varagem, Boqueirão, Santa Cruz
 - A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Santa Cruz
 - b) Constituem Imóveis de Interesse Municipal:
 - O Moinho de Água (propriedade de José Gregório Medeiros), Ribeira dos Moinhos, Cedros

- O Moinho de Água (propriedade de José Gregório Medeiros), Ribeira dos Moinhos, Cedros
- O Moinho de Água (propriedade de José Alexandre Freitas), Ribeira da Fazenda, Santa Cruz
- O Moinho de Água (propriedade de Maria Ernestina Santos), Boa Vista, Santa Cruz
- O Moinho de Água (propriedade de José da Silva Espírito Santo), Boa Vista, Santa Cruz

ARTIGO 27.º

INFRA-ESTRUTURAS RODOVIÁRIAS

Constituem Servidões Administrativas das Infra-estruturas Rodoviárias as constantes na legislação em vigor.

ARTIGO 28.º

INFRA-ESTRUTURAS ELÉCTRICAS

Os condicionantes das Infra-estruturas Eléctricas são os definidos pela legislação em vigor.

ARTIGO 29.º

SANEAMENTO BÁSICO

Constituem Servidões Administrativas das Redes de Abastecimento de Água e de Águas Residuais as constantes na legislação em vigor.

ARTIGO 30.º

INFRA-ESTRUTURAS PORTUÁRIAS

De acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 17/94/A, de 18 de Maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/88/A, de 10 de Dezembro, e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2000/A, de 20 de Maio, fazem parte da “Rede de Portos da Região”, as seguintes Infra-estruturas Portuárias:

- a) Classe C - Santa Cruz;
- b) Classe D - Porto Velho e Ponta Delgada;
- c) Portinhos - Boqueirão, Ponta Ruiva e Porto Canto de São Pedro.

ARTIGO 31.º

MARCOS GEODÉSICOS

As zonas de protecção aos Marcos Geodésicos abrangem uma área em redor do sinal com o raio de 15 metros, e ficam sujeitas aos condicionamentos definidos na legislação em vigor.

ARTIGO 32.º ***SINALIZAÇÃO MARÍTIMA***

Os condicionantes dos dispositivos de Sinalização Marítima são os definidos pela legislação em vigor e são os seguintes:

- a) Santa Cruz - coluna com faixas brancas e vermelhas;
- b) Porto Velho - 2 postes com faixas brancas e vermelhas, um sobre o muro e outro junto de uma casa;
- c) Porto das Poças - 2 postes com faixas brancas e vermelhas, um sobre uma rocha;
- d) Albernaz - Farol.

ARTIGO 33.º ***EDIFÍCIOS ESCOLARES***

Nas áreas envolventes aos Edifícios Escolares e respectivas zonas de protecção, será observado o disposto na legislação em vigor.

CAPÍTULO V ***DAS DISPOSIÇÕES FINAIS***

ARTIGO 34.º ***LIXEIRA A DESACTIVAR***

A Lixeira junto à Ponta Ruiva deverá ser desactivada e selada, incluindo a sua adequada recuperação ambiental e paisagística.

ARTIGO 35.º ***ENTRADA EM VIGOR***

De acordo com a legislação em vigor, o presente Regulamento adquire plena eficácia a partir do dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.

ARTIGO 36.º ***EFICÁCIA E SUSPENSÃO***

1. Enquanto não se verificar a revisão ou suspensão das disposições do PDM, este mantém-se em vigência com plena eficácia.
2. A suspensão, total ou parcial, das disposições do PDM pode ocorrer nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 37.º
APLICAÇÃO SUPLETIVA

Na falta dos Planos Municipais de Ordenamento do Território eficazes, que vierem a ser realizados para as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, nos casos previstos no presente Regulamento, e de outras áreas que se considerem, de nível de planeamento inferior ao PDM, isto é, de maior detalhe, ou ainda na falta de Regulamentos Municipais, nomeadamente de construção e de urbanização, as disposições do presente Regulamento têm aplicação directa.

ARTIGO 38.º
HIERARQUIA

O PDM é o instrumento orientador dos Planos Municipais de Ordenamento do Território e dos Regulamentos Municipais de construção e de urbanização, que vierem a ser realizados.

ARTIGO 39.º
CONTRA-ORDENAÇÕES E COIMAS

1. Constitui contra-ordenação punível com coima, a violação ao estabelecido no PDM, nos termos da legislação em vigor.
2. O licenciamento de obras em violação do PDM constitui ilegalidade nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 40.º
NORMAS REVOGATÓRIAS

É revogado o Plano Geral de Urbanização de Santa Cruz das Flores.

ANEXO DE LEGISLAÇÃO

- Ordenamento do Território e do Urbanismo - Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto (Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo); Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro; Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de Maio, (adapta à Região o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro), alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2003/A, de 12 de Maio; Portaria n.º 138/2005, de 2 de Fevereiro; e Portaria n.º 389/2005, de 5 de Abril.
- Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e com alterações das Leis n.ºs 15/2002, de 22 de Fevereiro, e 4-A/2003, de 19 de Fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 65/2003, de 3 de Abril; Portaria n.º 1136/2001, de 25 de Setembro.
- Empreendimentos Turísticos - Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 55/2002, de 11 de Março, adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/99/A, de 19 de Abril; Decreto Regulamentar n.º 36/97, de 25 de Setembro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 16/99, de 18 de Agosto (Estabelecimentos Hoteleiros); Decreto Regulamentar n.º 34/97, de 17 de Setembro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 14/99, de 14 de Agosto; Decreto Regulamentar n.º 33/97, de 17 de Setembro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 14/2002, de 12 de Março (Parques de Campismo).
- Parques e Depósitos de Sucata - Decreto-Lei n.º 268/98, de 28 de Agosto.
- Alteração do relevo natural e das camadas de solo arável, quer seja ou não para uso agrícola - Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de Abril.
- Protecção de arvoredos - Decreto Legislativo Regional n.º 6/98/A, de 13 de Abril.
- Regime jurídico da protecção do património florístico dos Açores, condicionando o abate de qualquer árvore localizada em espaço público e privado - Decreto Regulamentar Regional n.º 13/99/A, de 3 de Setembro.
- Plano de Estradas e Caminhos Municipais das Regiões Autónomas - Decreto n.º 314/76, de 29 de Abril, e Decreto-Lei n.º 697/74, de 6 de Dezembro.
- Infra-estruturas Aeronáuticas civis - Decreto-Lei n.º 45986, e Decreto-Lei n.º 45987, de 22 de Outubro de 1964; “Anexos da ICAO”.
- Centros Radioeléctricos - Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de Novembro.
- Domínio Hídrico - Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, alterado pela Lei n.º 16/2003, de 4 de Junho; Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro.
- Águas subterrâneas para abastecimento público - Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de Setembro.

- Reservas Hídricas - Decreto Regional n.º 12/77/A, de 14 de Junho.
- Exploração de Inertes - Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de Março (regime geral de revelação e aproveitamento de recursos geológicos); Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro (revelação e aproveitamento de massas minerais), rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 20-AP/2001, de 30 de Novembro.
- Reserva Agrícola Regional - Decreto Legislativo Regional n.º 7/86/A, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28/86/A, de 25 de Novembro, e Decreto Legislativo Regional n.º 11/89/A, de 27 de Julho; Portaria n.º 1/92, de 2 de Janeiro (carta da RAR).
- Reserva Ecológica Regional - Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro; Decretos-Lei n.º 316/90, de 13 de Outubro, 79/95, de 20 de Abril, e 203/2002, de 1 de Outubro.
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira - Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro; Decreto-Lei n.º 218/94, de 20 de Agosto; Decreto Legislativo Regional n.º 18/98/A, de 19 de Novembro, que adapta à Região o Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro.
- Zonas de Protecção Especial e Sítios de Importância Comunitária (áreas da competência da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar) - Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, (procede à revisão da transposição para o direito interno das directivas comunitárias relativas à conservação das aves selvagens e à preservação dos habitats naturais e de fauna e da flora selvagens), adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2002/A, de 16 de Maio; Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2004/A, de 1 de Julho, (que possui como objecto a classificação das ZPE da Região Autónoma dos Açores, a que se refere o artigo 3º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2002/A, de 16 de Maio); Estas zonas fazem parte da Rede Natura 2000 - aprovada pela Decisão da Comissão, de 28 de Dezembro.
- Reserva Florestal Natural (áreas da competência da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar) - Decreto Legislativo Regional n.º 27/88/A, de 22 de Julho.
- Reserva Florestal de Recreio - Resolução n.º 59/2002, de 11 de Abril.
- Regime Florestal integral e parcial dos Baldios - Decreto-Lei n.º 44 609, de 1 de Outubro de 1962.
- Património Arquitectónico - Decreto Regional n.º 13/79/A, de 16 de Agosto; Decretos Legislativos Regionais n.º 12/83/A, de 12 de Abril (moinhos classificados); n.º 11/2000/A, de 19 de Maio (imóveis e conjuntos classificados, em vias de classificação, e respectivas zonas de protecção); e Decretos Regulamentares Regionais n.º 32/96/A, de 13 de Julho (zonas de protecção de moinhos classificados), n.º 8/97/A, de 14 de Abril (zonas de protecção de imóveis classificados, excepto moinhos), revogados na sua totalidade pelo Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A, de 24 de Agosto. Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2000/A, de 30 de Maio (apoios a imóveis classificados e respectivas zonas de protecção que não sejam objecto de legislação própria); Resolução

- n.º 126/2004, de 9 de Setembro, rectificada através da Declaração n.º 11/2004, de 7 de Outubro, ambas publicadas no Jornal Oficial.
- Património Cultural- Decreto Regulamentar Regional n.º 13/79/A, de 16 de Agosto (património cultural da região); Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro - Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural; Resolução n.º 126/2004, de 9 de Setembro, rectificada através da Declaração n.º 11/2004, de 7 de Outubro, ambas publicadas no Jornal Oficial.
 - Infra-estruturas Rodoviárias (serviços administrativos) - Decreto Legislativo Regional n.º 26/94/A, de 30 de Novembro, Secção II, Capítulo IV.
 - Infra-estruturas Eléctricas - Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, Decreto-Lei n.º 43 335, de 19 de Novembro de 1960; e Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de Fevereiro.
 - Saneamento Básico - Decreto-Lei n.º 34021, de 11 de Outubro de 1944; Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 153/95, de 30 de Novembro.
 - Licenciamento industrial - Decreto Legislativo Regional n.º 14/88/A, de 6 de Abril; Decreto Regulamentar Regional n.º 40/92/A, de 7 de Outubro.
 - Infra-estruturas Portuárias (protecção contra a poluição nos portos) - Decreto-Lei n.º 235/2000, de 26 de Setembro.
 - Marcos Geodésicos - Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de Abril.
 - Edifícios Escolares - Decreto-Lei n.º 37575, de 8 de Outubro de 1949.

ÁREAS DA RAR A DESANEXAR

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

A Ilha das Flores caracteriza-se por um crescimento urbano das duas sedes de Concelho (Santa Cruz e Lajes) e principais freguesias de forma lenta mas desorganizada.

Numa análise mais exaustiva, permite-nos definir que o povoamento da Ilha das Flores, exceptuando os maiores aglomerados urbanos, Santa Cruz e Lajes, se foi fazendo de forma espontânea e pouco criteriosa na ocupação do território.

Nas sedes de concelho duas grandes obras – Aeroporto em Santa Cruz e o Porto nas Lajes – implicaram em grandes alterações na morfologia urbana, criando situações de rotura, condicionando a ampliação do perímetro urbano.

A mancha construída acaba por ocupar áreas da Reserva Agrícola.

As áreas a desafectar são actualmente ocupadas com alguma densidade de construção de uso predominantemente habitacional, e que por estarem infraestruturadas, são incluídas na delimitação pretendida para os perímetros urbanos.

Outras áreas a desafectar são as que por terem aptidão para futura expansão do aglomerado, sendo portanto incluídas no perímetro urbano, são agora no âmbito do PDM, zonas reservadas a estudo mais aprofundado através de UOPG - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (Planos de Urbanização ou Planos de Pormenor).

ÁREAS A DESANEXAR DA RAR NA ILHA DAS FLORES

LUGAR	MANCHA	MOTIVO DA EXCLUSÃO
Ponta Delgada I	1	ESPAÇO URBANIZÁVEL
Ponta Delgada II	2	ESPAÇO URBANO
Monte I	3	ESPAÇO URBANIZÁVEL - Área sujeita a UOPG
Monte II	4	ESPAÇO URBANO
Santa Cruz das Flores I	5	ESPAÇO AEROPORTUÁRIO
Santa Cruz das Flores II	6	ESPAÇO URBANO
Santa Cruz das Flores III	7	ESPAÇO URBANO
Santa Cruz das Flores IV	8	ESPAÇO AEROPORTUÁRIO
Ribeira dos Barqueiros I	9	ESPAÇO URBANO
Ribeira dos Barqueiros II	10	ESPAÇO URBANIZÁVEL - Área sujeita a UOPG
Ribeira dos Barqueiros III	11	ESPAÇO URBANIZÁVEL - Área sujeita a UOPG
Vales	12	ESPAÇO URBANO
Pedreira dos Vales	13	ESPAÇO INDUSTRIAL - Área sujeita a UOPG

ÁREAS DA RER A DESAFECTAR

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

A Ilha das Flores caracteriza-se por um crescimento urbano das duas sedes de Concelho (Santa Cruz e Lajes) e principais freguesias de forma lenta mas desorganizada.

Numa análise mais exaustiva, permite-nos definir que o povoamento da Ilha das Flores, exceptuando os maiores aglomerados urbanos, Santa Cruz e Lajes, se foi fazendo de forma espontânea e pouco criteriosa na ocupação do território.

Nas sedes de concelho duas grandes obras – Aeroporto em Santa Cruz e o Porto nas Lajes – implicaram em grandes alterações na morfologia urbana, criando situações de rotura, condicionando a ampliação do perímetro urbano.

A mancha construída acaba por ocupar áreas da Reserva Ecológica.

As áreas a desafectar são actualmente ocupadas com alguma densidade de construção de uso predominantemente habitacional, e que por estarem infraestruturadas, são incluídas na delimitação pretendida para os perímetros urbanos.

Outras áreas a desafectar são as que por terem aptidão para futura expansão do aglomerado, sendo portanto incluídas no perímetro urbano, são agora no âmbito do PDM, zonas reservadas a estudo mais aprofundado através de UOPG - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (Planos de Urbanização ou Planos de Pormenor).

ÁREAS A DESAFECTAR DA RER NA ILHA DAS FLORES

LUGAR	MANCHA	MOTIVO DA EXCLUSÃO
Ponta Delgada I	1	ESPAÇO URBANO
Ponta Delgada II	2	ESPAÇO URBANO
Ponta Ruiva	3	ESPAÇO URBANO
Cedros	4	ESPAÇO URBANO
Alagoa	5	ESPAÇO URBANIZÁVEL - Área sujeita a UOPG
Fazenda de Santa Cruz I	6	ESPAÇO URBANO
Fazenda de Santa Cruz II	7	ESPAÇO URBANO
Monte I	8	ESPAÇO URBANIZÁVEL - Área sujeita a UOPG
Monte II	9	ESPAÇO URBANIZÁVEL - Área sujeita a UOPG
Monte III	10	ESPAÇO URBANO
Santa Cruz das Flores I	11	ESPAÇO URBANO
Santa Cruz das Flores II	12	ESPAÇO URBANO
Santa Cruz das Flores III	13	ESPAÇO URBANO
Ribeira dos Barqueiros I	14	ESPAÇO URBANO
Ribeira dos Barqueiros II	15	ESPAÇO URBANIZÁVEL - Área sujeita a UOPG
Tapada do Soares	16	ESPAÇO DE INDÚSTRIA EXTRACTIVA
Caveira	17	ESPAÇO URBANO